



Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 201700058719994

Em 20/02/2017 foi encaminhada, por meio do Portal da Transparência, sob nº de protocolo 2017.00058719994, a solicitação inicial pela requerente:

"Estou desenvolvendo minha pesquisa de dissertação sobre a Faculdade de Direito do Recife e um dos objetivos desse trabalho é fazer uma Avaliação Pós-Ocupacional (APO) da edificação e para isso preciso do 'PROJETO DA FACULDADE' e ou qualquer assunto relacionado."

Em resposta, esta Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) encaminhou à pesquisadora o material de que dispunha sobre a edificação, que consistia em cópia digital de planta da ZEPH - Faculdade de Direito do Recife. Ainda, foi informado à solicitante sobre outras fontes de pesquisas acerca da mesma ZEPH, como a Primeira Gerência Regional e o Arquivo Público Estadual.

Insatisfeita com as informações prestadas, a solicitante afirmou que as informações prestadas não atenderiam à sua solicitação, uma vez que, na verdade, pretendia ter acesso ao projeto de construção da Faculdade de Direito do Recife (FDR). Ainda, informou que, ao procurar as referidas informações nos arquivos da 1ª Regional e do IPHAN/PE, ambos informaram que o projeto em questão só estaria disponível no acervo da DPPC.

Desta forma, em resposta ao recurso oferecido pela pesquisadora e em atenção à lei nº 12.527/2011, estamos encaminhando mais algumas informações que podem interessar, tais como:

- Mapa da Zeph 17 – Faculdade de Direito;
- Planta do prédio da faculdade datada da década de 1960;
- Fotografias externas da edificação, datando da década de 1990;
- Fotografias do mobiliário da FDR, datada de 1988;
- Fotos e plantas da Praça Adolfo Cirne;

Devido ao tamanho do arquivo, que impossibilita seu envio por email, essas informações estão gravadas em CD, que está disponível na DPPC aguardando a pesquisadora vir buscar.

Não localizamos no acervo da DPPC o material referente ao projeto de construção da faculdade, sendo, portanto, apenas estas as informações de que dispomos. Desta forma, em obediência aos artigos 3º, 6º e 7º da lei nº 12.527/2011, tanto a resposta à primeira solicitação, bem como a resposta ao presente recurso foram encaminhadas no prazo legal. Salientamos que esta DPPC está disponível para esclarecimento de quaisquer dúvidas, bem como novas consultas, sempre que os arquivos desejados estiverem sob nossa guarda.

Gerente de Análises Normativas
Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC
Secretaria de Planejamento Urbano - SEPLAN / Prefeitura do Recife